



Prefeitura Municipal de Ubá
ESTADO DE MINAS GERAIS

RESPONDÊNCIA
RECEBIDA EM
27/03/00
16:50
60 min

MENSAGEM N.º 11/2000, DE 27.03.2000

Exmo. Sr.
Vereador ITAMAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta

A E.L.J.R. com cópia ao Vereador Rosa
Araújo, Edraldo Barão e Januário Figueira.
Ubá - MG, 27/03/2000

Vereador - Itamar dos Santos
PRESIDENTE DA CÂMARA

Senhor Presidente,

Cumpre-nos encaminhar a V.Ex.^a, para tramitação e votação da Egrégia Câmara Municipal de Ubá o Projeto de Lei anexo, que *“dispõe sobre a concessão de isenção do ISSQN à Associação de Crédito Popular de Ubá e Região”*.

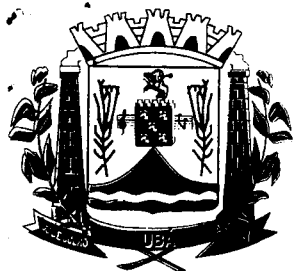
A Associação de Crédito Popular de Ubá e Região — popularmente conhecida como “BANCO DO POVO”, é uma entidade civil sem fins lucrativos, regularmente criada e em processo de aprovação pelos órgãos governamentais pertinentes e que mereceu, recentemente, a declaração de utilidade pública por iniciativa dessa Câmara Municipal, onde, inclusive, teve início o processo de sua criação, através do projeto de lei que deu origem à Lei Municipal 2.788, de 13 de março de 1998.

Assim, considerando que o Município de Ubá integra a referida Associação, inclusive com participação financeira, consideramos justificável a isenção do ISSQN- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, medida esta sugerida pelo BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, órgão encarregado, na esfera estadual, de aprovar o efetivo funcionamento do Banco do Povo, inclusive com aporte de recursos financeiros.

Eis, pois a matéria que ofereço à consideração dos Senhores Vereadores, solicitando que a sua tramitação ocorra com a urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,


NARCISO MICHELLI
Prefeito de Ubá



Prefeitura Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 090/00
(Ref.: Mensagem 11/2000, de 27.03.2000)

Dispõe sobre a concessão de isenção do ISSQN à Associação de Crédito Popular de Ubá e Região.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza à Associação de Crédito Popular de Ubá e Região, com sede nesta cidade.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, MG, 27 de Março de 2000


NARCISO MICHELLI
Prefeito de Ubá

Lei nº 2.788, de 13 de Março de 1998

Autoriza ao Poder Executivo associar o Município à entidade que menciona, e dá outras providências.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a integrar o Município a Associação Civil, com finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, fomentar a constituição e/ou consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no âmbito do território municipal.

Art. 2º - O Município só poderá integrar a Associação Civil que contenha, no seu Estatuto, um Conselho de Administração, de cuja composição participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes entidades da sociedade civil.

Parágrafo Único - O Estatuto da entidade deverá prover sua auto-sustentação financeira, bem como a devolução, na exata proporção, dos recursos aportados pelo Poder Público Municipal, em caso da dissolução da Associação.

Art. 3º - O Estatuto da Associação Civil deverá conferir ao Município direito a veto na hipótese de alteração estatutária relativa a sua finalidade precípua.

Art. 4º - O Estatuto da referida Associação Civil deverá prever que, em caso de desvirtuamento de suas finalidades, fica o Município autorizado a dela desligar-se, promovendo, concomitantemente, o levantamento de recursos proporcionais ao aporte que tiver feito quando da criação da Associação Civil.

Art. 5º - O Estatuto da Associação Civil deverá observar, obrigatoriamente, os seguintes princípios:

I - a contratação de auditorias externas independentes que, anualmente, analisarão a regularidade e o funcionamento das operações;

II - a disposição de que os recursos comporão o fundo financeiro,

através do qual serão concedidos os créditos, virão de contribuição de sócios da Associação, de doações e empréstimos de agências de financiamento, em nenhuma hipótese captando recursos do público.

III - a disposição de que seus serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;

IV - a disposição de que deverá operar em condições compatíveis com uma remuneração justa do capital em relação às atividades produtivas inerentes a pequenos e microempreendedores;

V - a disposição de que deverá ser financeiramente não dependente do Município, nem de qualquer outra instituição pública ou privada, e de que deverá operar de forma profissional e buscar a auto-suficiência;

VI - a disposição de que não poderá, em hipótese alguma, distribuir lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes e a associados.

Art. 6º - O ingresso de novos sócios na Associação Civil dar-se-á somente com o voto favorável de três quartos dos integrantes do Conselho de Administração, o qual será o órgão competente para análise do pedido de ingresso.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de até R\$20.000,00 (vinte mil reais), a título de auxílio financeiro, a ser repassado à Associação Civil a qual o Município vier a associar-se, em conformidade com as condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ubá, MG, 13 de março de 1998.

Narciso Paulo Michelli

Prefeito de Ubá

Journal Atos Oficiais 287
30/03/98